PARA UMA EXPLICITAÇÃO DA DIALÉTICA HEGELIANA ENTRE O SENHOR E O ESCRAVO NA FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO

Eduardo Ferreira Chagas*

Este pequeno trabalho almeja explicitar, através de uma análise imanente do capítulo IV, secção A, Independência e Dependência da consciência-de-si - Dominação e Escravidão, da Fenomenologia do Espírito (1807) - a abordagem de Hegel sobre a Dialética do Senhor e do Escravo. Convém, inicialmente, assentar que o Senhor e o Escravo não são figuras históricas, reais, mas alegorias que Hegel utiliza para ilustrar a dialética do reconhecimento da consciência-de-si.

No primeiro parágrafo do presente capítulo, Hegel alude que a consciência-de-si é em-si e para-si, porque é legitimada por outra consciência-de-si; ou seja, ela necessita chegar à sua verdade pelo reconhecimento de outra consciência-de-si, formando, assim, o desdobramento da unidade espiritual, ao qual Hegel designa como o "movimento do reconhecimento".

Frente à consciência-de-si, há uma outra consciência-de-si, que se apresenta como vinda de fora. Todavia, a essência da consciência-de-si, que aparentemente estava fora dela, na realidade, encontra-se dentro da mesma. Por isso, frisa Hegel, "ela suprimiu o Outro, pois não vê o Outro como essência, mas é a si mesma que vê no Outro." Portanto, a consciência-de-si, para adquirir a certeza dela, suprime a outra consciência independente, e, ao fazê-lo, nega-se, porquanto essa outra consciência é ela própria. Destarte, essa dupla supressão da consciência-de-si constitui, outrossim, um duplo retorno, já que ela volve a si mesma, mediante a supressão do seu ser na outra, e, com isso, deixa, novamente, esta outra livre.

Esse movimento da consciência-de-si, em sua conexão com uma outra

^{*} Mestre em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

HEGEL, F. Fenomenologia do Espírito. Tradução de Paulo Meneses. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1992, p. 126.

consciência-de-si, é representado pelo agir de uma delas, sendo que o fazer de uma seja tanto o seu próprio fazer quanto o da outra; ou melhor, cada uma faz a si mesma o que a outra realiza para si. Daí que - sublinha Hegel - "o agir tem um duplo sentido, não só enquanto é agir quer sobre si mesmo, quer sobre o Outro, mas também enquanto indivisamente é o agir tanto de um quanto de Outro"².

Nesse movimento duplo, a consciência-de-si é o termo médio que se decompõe nos extremos. Cada extremo funciona como meio para a outra consciência relacionar-se consigo mesma. Assim, diz Hegel, elas "se reconhecem como reconhecendo-se reciprocamente." Como cada consciência-de-si é - como já dissemos - uma consciência que necessita do reconhecimento de outra, então o corolário é o conflito entre elas: uma, que só reconhece; outra, que só é reconhecida.

A consciência-de-si, assegura Hegel, é, em princípio, igual a si mesma mediante a exclusão do outro, já que o outro não lhe é essencial como objeto. Todavia, este outro que aparece é, outrossim, uma consciência-de-si, com sua independência. Essas consciências ainda não se apresentaram, pois, uma à outra, como consciência-de-si. Com efeito - afirma Hegel - "Cada uma está certa de si mesma, mas não da outra; e assim, sua própria certeza de si não tem verdade nenhuma, pois sua verdade só seria se seu próprio serpara-si lhe fosse apresentado como objeto independente ou, o que é o mesmo, o objeto [fosse apresentado] como essa pura certeza de si mesmo." Contudo, de acordo com o conceito de reconhecimento, isso não é exequível, a não ser que cada um realize em si, mediante seu próprio fazer e do fazer do outro, a abstração do ser-para-si.

Para elevar sua certeza à verdade, as duas consciências-de-si opõemse; cada uma limita a outra ao lhe resistir. Esta reciprocidade implica uma luta de vida ou morte, na qual elas devem provar, arriscando a vida, que é um puro ser-para-si. Quando o indivíduo não arrisca a vida, não atinge,

^{2 -} Op. cit., p. 127.

^{3 -} Ibidem, p. 127.

^{4 -} Ibid., p. 128.

consequentemente, a verdade do reconhecimento, enquanto reconhecimento de uma outra consciência-de-si independente. Mas, quando ele arrisca, assevera Hegel, "cada um deve igualmente tender à morte do outro; pois para ele o Outro não vale mais que ele próprio. Sua essência se lhe apresenta como um Outro, está fora dele; deve suprassumir seu ser-fora-de-si." Assim, a morte é a supressão da verdade da consciência-de-si, despojando-a do seu reconhecimento. A partir dessa experiência, torna-se patente para a consciência-de-si que a vida lhe é tão essencial quanto a pura consciência-de-si. Semelhante consciência surge, portanto, como pura consciência-de-si e como consciência para uma outra. Esses dois momentos da consciência vão cindir-se: um é a consciência independente (o Senhor), cuja essência é o ser-para-si; o outro é a consciência dependente (o Escravo), cuja essência é a vida.

O Senhor, reafirma Hegel, é "consciência que é para-si", a qual se conecta tanto consigo mesma, como também se relaciona com a natureza em geral. Mediante esta, o Senhor interpõe-se de forma mediata com o Escravo. Este, por não lograr a abstração da vida na luta, encontra-se preso naquela. O Senhor, ao contrário, por ter obtido tal abstração, dominou a natureza e, conseqüentemente, o Escravo. Por um lado, o Senhor se vincula à natureza mediante o Escravo. Este, como consciência-de-si, comporta-se negativamente com ela (a natureza) e a suprime; porém, ele não pode efetivar cabalmente essa supressão, porque ela lhe é independente. Sendo assim, ele se restringe a transformá-la. O Senhor, por sua vez, ao inserir o Escravo entre si e a natureza, consegue negá-la, mas, ao mesmo tempo, tomando posse dela. Assim, resta ao Senhor tão-somente consumir os produtos do trabalho do Escravo, enquanto a este remanesce apenas trabalhar.

O Senhor, prossegue Hegel, alcança seu reconhecimento através de uma outra consciência, a do Escravo. Com efeito, a consciência escrava aflorase de forma inessencial, porquanto não pode atingir a independência de seu ser, nem chegar à negação absoluta da natureza. Principia aqui o momento do reconhecimento da consciência escrava, no qual esta "se suprassume como ser-para-si, e assim faz o mesmo que a primeira faz em relação a ela (...), pois o que o escravo faz é justamente o agir do Senhor". 6 Este rege-se,

^{5 -} Ibid., p. 129.

^{6 -} Ibid., p. 131.

por conseguinte, de forma essencial, enquanto o agir do Escravo é inessencial, já que não pode consumir a natureza, mas apenas transformá-la. Todavia, o reconhecimento pleno da consciência-de-si do Escravo não finda aqui; para completá-lo, é mister que o Senhor opere sobre si o que produz no Escravo e vice-versa. Deste modo, frisa Hegel, "o que se efetuou foi um reconhecimento unilateral e desigual."

O reconhecimento do Senhor passa pela mediação da consciência inessencial, atingindo, assim, a verdade da certeza de si mesmo. Porém, adverte Hegel, "esse objeto não corresponde ao seu conceito; é claro, ao contrário, que ali onde o senhor se realizou plenamente, tornou-se para ele algo totalmente diverso de uma consciência independente; para ele, não é uma tal consciência, mas uma consciência dependente." Portanto, o Senhor não tem a certeza do ser-para-si como verdade de si, dado que sua verdade é, pois, a consciência inessencial. Assim como se provou que o Senhor não era aquilo que pretendia ser, também o Escravo irá se apresentar como o inverso daquilo que era de imediato, pois ele, ao retornar a si como consciência repelida, chegará à sua verdadeira independência.

Após essa reverberação sobre a escravidão, a partir do comportamento do dominador, Hegel passa a examinar a consciência escrava, enquanto em-si e para-si. A princípio, para essa consciência, o Senhor é a sua verdade, mas tal verdade, ainda não está nela (consciência escrava) mesma, conquanto já tenha experimentado a "verdade da pura negatividade e do ser-para-si". A partir daqui, a consciência escrava, ao sentir o medo da morte, experimenta uma angústia sobre a inteireza de sua essência; contudo, pelo serviço - enfatiza Hegel - ela (a consciência escrava) supera sua dependência em relação à natureza e percebe, então, que pode eliminar esse estado de escravidão em que se encontra.

Essa disciplina do servir - adverte Hegel - "é apenas a dissolução em si; e embora o temor do senhor seja, sem dúvida, o início da sabedoria,

^{7 -} Ibid., p. 131.

^{8 -} Ibid., p. 132.

^{9 -} Ibid., p. 132.

a consciência ai é para ela mesma, mas não é o ser-para-si^{*10}. Mas, pela mediação do trabalho, a consciência-de-si torna-se consciência-para-si, ou seja, ela obtém a "intuição de si mesma" ao perceber o objeto independente (ser independente). Neste sentido, podemos asseverar, de acordo com as proposições de Hegel, que o trabalho forma, educa. Mas o trabalho, enquanto formação, não tem tão-somente essa dimensão positiva, segundo a qual a consciência escrava torna-se um ser-para-si, mas tem, todavia, a dimensão negativa em relação a seu primeiro momento, o medo. No medo, o ser-para-si do Escravo já estava nele, porém é apenas na formação (no trabalho) que o Escravo se descobre e alcança sua verdade como ser-para-si.

Para chegar até aqui, consoante Hegel, foram necessários dois momentos: o momento do **medo** e do **serviço**, e também o da **formação**. Sem o **medo**, a **atividade formadora** não poderia tornar a consciência escrava como essência de si; sem a atividade formadora, o medo permaneceria, e a consciência escrava não se tornaria consciência-para-si. Hegel, então, conclui: "Enquanto todos os conteúdos de sua consciência natural não forem abalados, essa consciência permanece ainda, em si, ao ser determinado. O sentido próprio é obstinação [eigene Sinn = Eigensinn], uma liberdade que ainda permanece no interior da escravidão." Sem isso, a consciência não pode lograr a formação universal, nem tampouco a essência objetiva em sua totalidade.

BIBLIOGRAFIA

HEGEL, F. Fenomenologia do Espírito. Tradução Paulo Meneses. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1992.

_____. Fenomenologia del Espíritu. Traducion de Wenceslao Roces, 7a. ed. México: Editora Fondo de Cultura Economica, 1987.

Paris, Editions Montaigne, 1941.

^{10 -} Ibid., p. 132.

^{11 -} Ibid., pp. 133-134.